

## A fotografia no ambiente de arquivo: compreendendo o passado e refletindo sobre o presente

Bruno Henrique Machado

Telma Campanha de Carvalho Madio

**Como citar:** MACHADO, B. H.; MADIO, T. C. C. A fotografia no ambiente de arquivo: compreendendo o passado e refletindo sobre o presente. *In* : MADIO, T. C. C.; MACHADO, B. H.; BIZELLO, M. L.(org.). **Desafios na identificação e organização de fotografia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 91-112. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-277-2.p91-112>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# A FOTOGRAFIA NO AMBIENTE DE ARQUIVO: COMPREENDENDO O PASSADO E REFLETINDO SOBRE O PRESENTE

*Bruno Henrique MACHADO<sup>1</sup>*  
*Telma Campanha de Carvalho MADIO<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Desde a criação da fotografia, oficialmente em 1839, esse registro tem sido debatido em diversos campos científicos, e especificamente a temática fotografia nos arquivos tem apresentado profícuas contribuições para a Arquivologia Internacional e a Brasileira nos últimos 30 anos, podemos notar tais constatações pelas pesquisas desenvolvidas e resultados apresentados.

Nestes termos, acreditamos que a consolidação da fotografia e da instituição Arquivo em nossa sociedade foi praticamente concomitante, em

---

<sup>1</sup> Instituto de Ciências Humanas e da Informação - ICHI da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

<sup>2</sup> Departamento de Ciência da Informação Unesp.

um período, no século XIX, onde as bases para o conhecimento firmavam-se na objetividade e cientificidade.

Nesse momento o Arquivo transforma-se radicalmente de depósito de documentos oficiais e legais dos governantes, e passa a ser um local voltado para garantir o direito do cidadão e o acesso à população em geral. Conforme, apresentou Schellenberg (2006, p. 25-33) os Arquivos foram criados pela efetivação da eficiência da governança dos Estados; outra situação para a criação dos mesmos, é o caráter de ordem cultural, os arquivos são constituídos de fontes de cultura; além da razão legal, nas relações entre o direito da pessoa e o Estado.

Esta transformação mencionada, foi desencadeada pela Revolução Francesa (1789) e se tornou o grande marco do Arquivo moderno, que passa a ser aberto a todos, garantindo a guarda e consulta aos documentos. A partir da visão de que o arquivo é uma instituição, não somente da administração pública, mas de todos os segmentos que compõem a sociedade, descobre-se que o documento, além de servir como prova, passa também a ter o valor de testemunho da história (GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 31).

Nesse aspecto, prolífico de contribuições, delineamos breves comentários a respeito de como a fotografia foi sendo entendida pela instituição Arquivo. Claro, sem a pretensão de findar a discussão, contudo, propondo tangenciar as possíveis lacunas no quesito do entendimento desse documento nos ambientes de Arquivo, sob a ótica da indagação de como foi sua institucionalização, sob a premissa de que havia surgido uma nova maneira de registrar e compreender a sociedade.

Constata-se que a vinculação entre a instituição Arquivo e fotografia foi imediata, pois respondia a esse momento histórico, que se pretendia cientificamente imparcial e lógico, de acesso a todos e não apenas a uma classe privilegiada. Schwartz (2000) por sua vez, destaca que não apenas os avanços tecnológicos e o colecionar do mundo eram realizados com o caráter de cópia da realidade pela fotografia para guarda no Arquivo, mas também “[...] uma forma de comunicar fatos empíricos – ‘fatos brutais’ - de forma visual, supostamente não mediada através do espaço e do tempo. O

testemunho fotográfico tornou-se um substituto do testemunho ocular.”<sup>3</sup> (SCHWARTZ, 2000, p. 11, tradução nossa).

Contudo, a assimilação nos Arquivos não foi integral, pois produzia de certa maneira um “incômodo perturbador em uma ordem de saberes já estabelecido” (ALLOA, 2015, p. 12) é sob esse incômodo que iremos desenvolver nossas reflexões acerca da fotografia nos Arquivos. Haja visto, nas afirmações de Burke (2017, p. 16) que os historiadores - frequentadores assíduos dos Arquivos - “[...] poucos [...] trabalham em arquivos fotográficos, comparando ao número desses estudiosos que trabalham em repertórios de documentos escritos.”.

Assim, apresentaremos como foi construída essa relação documentária entre fotografia e Arquivos, pois compreendemos que “[...] os Arquivos também são mais do que a soma das fotografias neles preservados. [...]. Constituem o ambiente em que as fotografias interagem com as estruturas do arquivo e as práticas.”<sup>4</sup> (CARRAFA, 2019, p. 38, tradução nossa), entendendo-se como práticas, as ações institucionais desenvolvidas em torno a esse documento de arquivo, que são gerados a partir de uma atividade administrativa.

Acreditamos que além dessa relação com a instituição, sua assimilação tornou-se morosa, pela incompreensão dos profissionais da área, e também pelos postulados dos manuais teóricos. Assim, apresentaremos algumas abordagens presentes nos Manuais de Arquivologia publicados entre o final do século XIX e século XX, destacando de maneira objetiva, como essas publicações apresentam o tratamento de fotografias nos Arquivos.

## **OS MANUAIS DE ARQUIVOLOGIA E O ‘NOVO’ DOCUMENTO: A FOTOGRAFIA**

Como apresentamos a Revolução Francesa, século XVIII, proporcionou um movimento de salvaguarda dos documentos pelo Arquivo

---

<sup>3</sup> “It was a way of communicating empirical facts – “brutal facts” – in visual, purportedly unmediated form across space and time. Photographic witnessing became a substitute for eye witnessing.”

<sup>4</sup> “Archives too are more than the sum of the photographs preserved in them [...] They constitute the environment in which photographs interact with the archive structures and practices.”

Nacional francês, elaborando boas práticas e procedimentos técnicos, não por acaso, o princípio norteador da Arquivologia, foi cunhado em 1841 por Natalis de Wailly, a ideia de fundo; ou o respeito aos fundos, que definiu orientações gerais a respeito do tratamento documental sob a tutela do Estado (RIBEIRO, 2002).

O campo científico da Arquivologia ocidental, teve seu marco com a publicação dos Manual do Holandeses em 1898, embora já existissem outros manuais datados do século XVI envoltos pelas práticas da Diplomática e Paleografia, concentrava-se nas práticas com os documentos tradicionais (COOK, 2018).

Com essa publicação a Arquivologia torna-se um campo teórico próprio, deixando de ser considerada uma metodologia que auxiliava a História, contudo não iremos aprofundar nesta temática, que extrapola o nosso objetivo, mas, recomendamos as leituras do Manual dos Holandeses (1973), Cook (2018) e Eastwood (2016).

Voltando à nossa discussão a respeito dos Manuais e fotografia, na definição elementar apresentado pelo manual dos holandeses

Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos com material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE, 1973, p. 13).

Na definição apresentada, é possível notar a ausência da menção da fotografia, e considerando que a mesma teve sua divulgação oficial em 1839, portanto quase sessenta anos antes da publicação do Manual. Em hipótese, a falta de menção provavelmente reflete que os arquivos holandeses apenas apontaram metodologias para os documentos textuais no final do século XIX.

Contudo, é importante mencionar que a publicação do Manual dos holandeses, traduzido para o inglês americano por Arthur H. Leavitt, teve como base a versão holandesa de 1920 onde o tradutor introduziu algumas alterações. Além disso, ele também incluiu diversas notas de rodapé da

edição francesa e alemã, e Leavitt destacou em uma delas que se a definição de “arquivo” tivesse sido escrita nesse momento, reproduções fotográficas e outras certamente teriam sido incluídas (HORSMAN; KETELAAR; THOMASSEN, 2003).

Na versão traduzida em 1973 pelo Arquivo Nacional do Brasil, essa observação foi incluída na nota de rodapé de número cinco, entretanto, a menção apresentada em referida nota não propunha a inserção de fotografias no ambiente de arquivos governamentais, visando as metodologias de tratamento documental. Conforme postulou Lacerda (2008), no Manual não estão inseridos os arquivos pessoais e privados, apenas documentos oficiais de arquivo vinculados ao Estado.

No Manual de Hilary Jenkinson, publicado originalmente em 1922 na Inglaterra, o autor apresenta a fotografia no ambiente de arquivo como documento de segunda classe, justificando que sua inserção seria necessariamente pela ótica da preservação e também, destaca na apresentação que as fotografias seriam consideradas como de arquivo somente aquelas anexadas, ou seja, associadas e complementares aos documentos textuais; há uma ausência de questões metodológicas que contemplam a fotografia em relação contextual com os demais documentos de arquivo. Jenkinson, estava voltado para as qualidades do documento de arquivo, evidência por excelência e não se propôs a questionar metodologicamente as fotografias nos arquivos (LACERDA, 2008; KEENAN, 2011).

A esse respeito, Keenan (2011, p. 41) nos apresenta uma causalidade registrada em 1947, quando Jenkinson está palestrando e comenta sobre as fotografias nos arquivos.

[...] os documentos de arquivo são acumulados por um processo natural na condução dos negócios de qualquer tipo e pode oferecer uma pista para a exclusão de fotografias como registros de arquivo, uma vez que as fotografias são criadas propositadamente, em vez de naturalmente acumulado, muitas vezes com uma intenção consciente de abordar o futuro.<sup>5</sup> (KEENAN, 2011, p. 41, tradução nossa).

---

<sup>5</sup> Archival records are “accumulated by a natural process in the conduct of affairs of any kind” may offer a clue to his exclusion of photographs as archival records in and of themselves, since photographs are purposefully created rather than naturally accumulated, often with a conscious intent to address the future.

Fica caracterizada nesta afirmação que naquele período do início do século XX, a fotografia estava inserida nos Arquivos institucionais, porém, é reafirmada a relação positivista com o documento de arquivo e os elementos apenas textuais, “Jenkinson estava simplesmente refletindo o positivismo empírico dominante pela historiografia que lhe era tão familiar e que ele conhecia a fundo.” (COOK, 2018, p. 29).

O Manual de Eugenio Casanova, lançado na Itália em 1928, traz um item com o título “Archivi cinematografici, fotografici e grammofonici, ec” onde reporta algumas experiências de acervos fotográficos, porém enfatiza que

[...] na verdade, preferimos o sistema italiano de fazer algo separado dos arquivos: por não terem nenhum dos requisitos desses institutos, não têm uma finalidade múltipla; e estão muito mais próximos de bibliotecas e museus do que de arquivos (CASANOVA, 1928, p. 251, tradução nossa)<sup>6</sup>.

Outro manual de circulação mundial que procurou tangenciar as fotografias nos Arquivos, foi o de Theodore Roosevelt Schellenberg, publicado nos Estados Unidos em 1954. Neste manual, o autor apresenta a teoria dos valores primários e secundários para os documentos de arquivo, ou seja, num primeiro momento o documento é gerado no cumprimento de ação - valor primário; e o valor secundário seria a atribuição de valor informativo. Cabe uma ressalva que a atribuição de informativo por ser constituída após uma aplicação do processo de avaliação, embora a chancela de informativo também possa ocorrer no ato da geração do documento, o que de fato, acredita-se tenha ocorrido com a fotografia.

A primeira edição no Brasil ocorreu no ano de 1973, intitulada “Arquivos modernos: princípios e técnicas”, e na definição de documento de arquivo (2006, p. 41) incluía as fotografias, mapas e outras espécies documentárias. Tem-se também a menção dos materiais audiovisuais e cartográficos, no Manual supracitado, onde afirma que, a questão das

---

<sup>6</sup> Ma, in verità, preferiamo il sistema italiano di farne cosa separata dagli archivi: poichè non hanno alcuno dei requisiti di questi istituti, non ne hanno la multipla finalità; e s'avvicinano assai meglio alle biblioteche e ai musei che non agli archivi.

películas cinematográficas, “[...] quando produzidas ou recebidas por uma administração no cumprimento de uma função específica podem ser consideradas documento de arquivo.” (SCHELLENBERG, 2006, p. 44).

Destaca, também, a relação de fronteira entre arquivos e bibliotecas, relacionados aos “materiais especiais”, contudo, o autor não aprofunda na questão central: a origem dessa produção documental. Nitidamente, os documentos audiovisuais e a fotografia, são entendidos como de segunda categoria ou melhor, somente no nível informativo.

Na concepção do autor, “Esses materiais, convém lembrar, têm em comum a característica de consentirem em peças individuais, separadas uma das outras, cada qual com significados próprios, independentemente da sua relação para com os demais.” (SCHELLENBERG, 2006, p. 47). Nesse sentido, essa afirmação teve papel preponderante no desenvolvimento dos métodos de tratamento documental aplicados nos ambientes de arquivo.

Podemos afirmar que a partir dessa abordagem ocorreu a primazia da abordagem biblioteconômica para tratamento documental e o acesso, pois conforme apontou o autor “As técnicas biblioteconômicas de catalogação e indexação, por exemplo, podem ser aplicadas, com pequenas alterações, a tipos especiais de material de arquivo que consistem em peças avulsas, tais como mapas, plantas, filmes, diapositivos e discos.” (SCHELLENBERG, 2006, p. 51).

Em outro Manual também publicado por Schellenberg, em 1963, que teve sua tradução publicada pelo Arquivo Nacional em 1988, intitulado “Documentos públicos e privados: arranjo e descrição” apresentava ações complementares às transmitidas em quase 10 anos antes. Porém este manual teve pouca circulação no Brasil. O autor apresenta um capítulo específico sobre documentos pictóricos e cartográficos; ainda assim, apresentou uma classificação pautada em textuais, cartográficos e pictóricos, dando ênfase para os documentos em idade informativa, ou seja, em arquivo permanente. (SCHELLENBERG, 1988).

Conforme afirmou Lacerda (2008), nos trabalhos de Schellenberg ao abordar documentos pictóricos, ocorre a aproximação entre a proposta da biblioteconomia, pela chancela que estes documentos não são orgânicos

na sua essência. Assim, “[...] os documentos pictóricos são importantes do ponto de vista de seus assuntos.” (SCHELLENBERG, 1988, p. 325). O autor é enfático ao afirmar que “classificar imagens não é uma ciência exata”. Estava imposto um desafio metodológico para a Arquivologia: como organizar as fotografias nos arquivos. Ainda segundo Lacerda (2008), a dificuldade não estava no ineditismo das fotografias nos arquivos, mas sim no desafio de pensar metodologias que garantissem um pleno tratamento documental de arquivo.

Por sua vez, Peterson (1986, p. 127), ao descrever as ações realizadas no *National Archives* dos Estados Unidos da América do Norte, afirma que entre os anos de 1954 até 1984 do século XX, os documentos em diferentes ‘suportes’ foram admitidos a ‘contragosto’ pelos arquivistas, dessa maneira, afirmou que:

Eles (documentos) foram chamados de “arquivos especiais” e foram descritos em partes separadas, quase como apêndices aos registros textuais. Mapas, que são frequentemente encontrados intercalados em registros textuais, eram mais voluntariamente reconhecidos como documentos do que imagens em movimento, que quase nunca são encontrados entre os textuais. (PETERSON 1986, p. 127, tradução nossa).<sup>7</sup>

Já na França, a Associação de Arquivistas Franceses, publicou por intermédio da *Direction des Archives de France* em 1970 um Manual, intitulado “Manuel d’archivistique” *Théorie et pratique des archives publiques en France*, com intuito de apresentar as práticas arquivísticas elaboradas para o país. Assim, o manual apresenta na sua segunda seção, uma abordagem denominada ‘Arquivística especial’, que na verdade apresenta toda uma preocupação a respeito dos documentos iconográficos, entre eles as fotografias, pela própria natureza desses documentos.

Neste manual, configura-se a preocupação com a maneira pela qual deveria ocorrer a gestão desses documentos, mas não se relacionando

---

<sup>7</sup> They were and still are called “special archives” and were described in separate parts of finding aids, almost as appendixes to the textual records. Maps, which are often found interspersed in textual records, were more willingly acknowledged as records than motion pictures, which are almost never found among textual series.

com a ‘arquivística geral’, porém, devido a tradição francesa com esse documento, e essa ênfase com as fotografias, foi dada em “razão dupla de valor de fonte para a história e de sua abundância, estão, evidentemente em primeiro lugar entre os documentos iconográficos do ponto de vista dos arquivos” (DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE, 1991, p. 496, tradução nossa). Lacerda (2008, p. 65) afirma que os documentos entram nas instituições, mas não têm como consequência um aprofundamento, por exemplo, das relações desse documento com seu fundo ou coleção.

Já na Espanha, Antonia Heredia Herrera lançou em 1991, um Manual que incluiu questões sobre os novos documentos ou documentos com novo suporte, como a autora esclarece, pois desde a adoção do papel no século XII, substituindo o papiro e o pergaminho, até recentemente, era o único suporte existente nas instituições, mas com o advento de novas tecnologias, como por exemplo a fotografia, o cinema, o audiovisual e a informática, vem se multiplicando, podendo chegar ao ponto da existência de arquivos sem papel. (HEREDIA HERRERA, 1991) Destaca que “no es el soporte el elemento que determina la esencia de un documento de archivo” (p. 131), mas sua origem, caráter seriado, unicidade e objetividade.

Resumindo: podemos dizer que os novos documentos podem ou não ser documentos de arquivo e que os documentos de arquivo audiovisual, para além do suporte, terão as mesmas notas essenciais que os documentos em papel e seguirão os mesmos critérios que estes para a sua organização e descrição. Seu armazenamento e conservação exigirão condições diferentes. (Idem, p. 153, tradução nossa)<sup>8</sup>

Mesmo com esse entendimento, os autores canadenses Rousseau e Couture (1998, p. 227) destacaram a permanência da relevância do textual nas instituições arquivísticas ao afirmarem que:

Durante muito tempo preocupada apenas com os documentos em suporte de papel em particular com os documentos textuais, a arquivística tradicional consagrou-se pouco ao tratamento dos documentos ditos não textuais. Considerados como documentos

---

<sup>8</sup> Resumiendo: podemos decir que los nuevos documentos podrán ser o no documentos de archivo y que los documentos de archivo audiovisuales, aparte del soporte, tendrán las mismas notas esenciales que los documentos en papel y seguirán los mismos criterios que éstos para su organización y descripción. Su almacenamiento y conservación requerirán condiciones diferentes.

especiais, a maior parte das vezes estes eram reunidos em coleção ou confiados a especialistas de outras áreas, pouco iniciados nos princípios arquivísticos.

Porém os mesmos autores destacam que essa situação começa a se alterar nas décadas de 1960 e 1970, quando os arquivistas passam a se interessar pelo assunto:

[...] verdadeiramente pela questão da inclusão dos documentos não textuais nos seus respectivos fundos de arquivo. Como consequência por ter tomado a seu cargo todos os arquivos, qualquer que fosse a sua natureza ou suporte, a disciplina arquivística desenvolveu normas e práticas que, hoje em dia, têm em conta todos os suportes da informação. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 227).

Não muito distante do que fora afirmado pelos autores, a arquivista Normand Charbonneau (2005), também canadense, ratificou que as fotografias são distintas de documentos textuais, pois seu valor mais importante é o informativo, ou seja, minimiza o valor probatório dos documentos.

Quanto à comunidade Australiana, foi elaborada a publicação, *Archives: Recordkeeping in Society* (2005) nesta publicação, não é apresentada a distinção entre os documentos textuais e a fotografia, inclusive considera-se a fotografia como gênero de registro e deve-se incluí-las no arranjo e nas práticas descritivas em todo seu tratamento documental. Sugerem que, uma vez que o gênero de um documento foi determinado, ele pode ser analisado por meio de cada uma das dimensões: forma, formato, meio e tecnologias com enfoque na natureza física do registro; conteúdo e contexto.

Assim, os autores do Manual evitam explicitamente considerar que as fotografias têm gênero, formas específicas de comunicação e que, portanto, podem exigir um gênero teórico característico, assim não consideram as fotografias um documento de segunda classe e não acreditam que eles tenham requisitos documentais diferentes para a preservação de evidências

e significados, contudo, eles optam por não se envolver em debates sobre como a percepção da informação que é influenciada pelo meio pelo qual é transmitida, aqui especificamente pelas fotografias, portanto, exigem abordagens diferentes para a descrição dos realizados para os registros textuais (KEENAN, 2011).

Desse modo, para os autores da publicação, “a questão da autoridade de uma fotografia, no sentido de ser um registro exato de um determinado momento no tempo é merecedor de algum nível de crédito especial para seu público.” (HARTLAND; MCKEMMISH; UPWARD, 2005, p. 84, tradução nossa)<sup>9</sup>.

Neste breve percurso apresentado pelos manuais é patente que a fotografia no ambiente de Arquivo não foi devidamente abordada ou até mesmo considerada como documento de arquivo em sua plenitude, contemporaneamente, a Arquivologia já admite os equívocos que ocorreram no tratamento documental, sobretudo no que concerne ao recorrente uso de metodologias de tratamento documental relacionados a Biblioteconomia como norteadora de organização.

Aqui não negamos sua importância, contudo, a não criticidade dessas abordagens fez com que a guarda dessa documentação fosse tratada separadamente dos demais documentos produzidos institucionalmente, sendo organizadas segundo os modelos textuais de registros e informações bibliográficas de classificação de imagens (SCHWARTZ, 2000). Nestes termos, apresentaremos algumas proposições que a Arquivologia desenvolveu ao longo dos anos de investigação.

#### **A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO: AS PROPOSIÇÕES ACERCA DO TRATAMENTO**

Conforme abordado nas análises dos Manuais de Arquivologia, a fotografia foi abordada na maioria deles, como um documento em segundo plano, no que diz respeito ao tratamento preconizado pela área. Ressalta-se que, é importante afirmar que as fotografias não devem ser só compreendida

---

<sup>9</sup> The question of a photograph's authority, in the sense of its being an exact record of a particular moment in time and, as such, deserving of some level of special credence from its audience, is an interesting and complex one – too complex to explore at any length here.

ou considerar como objetivo apenas seu conteúdo informativo, pois desse modo, acarretará a confusão dos propósitos pelas quais elas foram geradas institucionalmente. Schwartz (2002) argumenta que a atribuição de valor secundário das fotografias não é apenas um artefato do desenvolvimento histórico dos arquivos, mas ainda é perpetuado pela prática atual do tratamento documental.

Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) pensando sobre as estratégias de preservação do patrimônio documental mundial criou o programa intitulado *Records and Archives Management Programme* (RAMP) que tinha por objetivo elaborar diretrizes metodológicas para gestão de documentos e visava conscientizar o público em geral e os administradores sobre a importância da manutenção dos registros documentais e dos arquivos. As diretrizes apontavam aspectos metodológicos para gestão, identificação, avaliação e preservação de diversos documentos, entre outros, a fotografia, documentos digitais e audiovisuais (COX, 1990).

Em específico, dentro do programa RAMP foi elaborado um estudo sobre fotografia e avaliação produzido por Willian H. Leary, publicado em 1985 que fora traduzido para o espanhol em 1986 intitulado “La evaluación de las fotografías de archivo: un estudio del RAMP con directrices”. Contudo, o manual reafirma a dificuldade de aplicação da avaliação documental nas fotografias, além disso, o autor afirma que pelo fato das fotografias não possuírem uso administrativo poderiam ser recolhidas para a guarda, Leary utiliza-se das abordagens de Schellenberg sobre valor informativo aplicados as fotografias nos Arquivos.

Contudo, a notável contribuição do seu trabalho foi a afirmação nas primeiras páginas, de que “[...] para realizar uma avaliação correta das fotografias, é necessário tanto ou mais conhecimento especializado e investigativo.” (LEARY, 1986, p. 12) ou seja, há a necessidade de estudos e aprofundamento na constituição dessa fotografia enquanto documento de arquivo.

Diversos teóricos procuram uma aproximação desse documento com as práticas arquivísticas e a canadense Joan Schwartz, durante

a década de 1990 e 2000, produziu artigos em que defendia a tese da contextualização das fotografias. Outras autoras também se destacaram como O'Donnell (1994); Bartlett (1996) e Parinet (1996), e todas utilizavam metodologicamente da diplomática para compreender os significados das fotografias no ambiente de arquivo que não podem ser 'esquecidos' devido a convencionalidade dos documentos textuais.

Pautadas nas autoras mencionadas, Bushey (2016) afirma que a análise metodológica baseada na diplomática em fotografias institucionais, reconhece que as fotografias são documentos gerados ou recebidos no decorrer de uma atividade prática e ela, é um produto dessa ação. Isso é alcançado através da identificação dos elementos intrínsecos de uma fotografia (isto é, os elementos da fotografia que transmitem a ação na qual ela participa e em seu contexto imediato, as pessoas envolvidas em sua criação - autor, destinatário, escritor, criador e datas de criação, transmissão, uso); elementos extrínsecos (ou seja, aparência externa da fotografia, incluindo anotações e descrições); e procedimentos de criação e uso. Ao fazer esses exercícios as autoras forneceram uma base para o reconhecimento de fotografias como documentos de valores probatórios que estabelecem que o significado fotográfico depende das circunstâncias de criação, autoral intenções e usos múltiplos (BUSHEY, 2016).

No Brasil, sob a temática de arquivos e fotografia e tratamento documental, André Porto Ancona Lopez, no ano 2000 defende a primeira tese a respeito do tema, onde defende a importância da contextualização de documentos imagéticos no ambiente de arquivo, e também questionava o tratamento documental para as fotografias, apartadas dos demais documentos, pautado em um pensamento da conservação do suporte utilizado até então pelas instituições arquivísticas. Posteriormente, outros trabalhos acadêmicos trouxeram novas reflexões específicas para o debate, por exemplo: Aline Lopes Lacerda (2008); Eliana Kátia Pupim (2010); Neiva Pavezi (2010); Thiago de Oliveira Vieira (2014)<sup>10</sup>; André Malverdes (2015); Telma Campanha de Carvalho Madio (2016); Marcieli Brondani de Souza (2016); Tânia Maria de Moura Pereira (2016); Bruno Henrique

---

<sup>10</sup> Embora o autor utilize o termo "arquivos especiais" em sua pesquisa, acreditamos ser importante mencionar o trabalho para compreender esse fenômeno na instituição arquivística mais antiga do Brasil, o Arquivo Nacional.

Machado (2017); Natália de Lima Saraiva (2017); Sérgio Matias da Silva (2018); Anna Carla Almeida Mariz e Rosa Inês de Novais Cordeiro (2018); Izângela Maria Sansoni Tonello (2019); Maria Talib Assad (2019); Bruno de Andréa Roma (2021), entre outros.

Apesar desses trabalhos teóricos no âmbito brasileiro, além dos manuais mencionados e algumas diretrizes publicadas pelos órgãos responsáveis pela área, não existia uma legislação que propusesse a transferência, recolhimento, organização e tratamento desse documento.

Nesse sentido, no Brasil, a Lei Federal de nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, definindo o caráter arquivístico de documentos de diversos gêneros, formatos ou suportes, deixa claro que a gestão deve ser de todos os tipos de documentos, e não só o textual (BRASIL, 1991).

O artigo 26 da referida lei, estabelece a criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) foi regulamentado pelo Decreto de nº 4.073, de janeiro de 2002, como órgão colegiado, ligado ao Arquivo Nacional que tem por objetivo definir a política nacional de arquivos públicos e privados.

Nestes termos, cria-se por meio da Portaria nº 90, de 27 de maio de 2010, a Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros (CTDAIS), com o objetivo de realizar estudos, propor normas e procedimentos no que se refere à terminologia, à organização, ao tratamento técnico, à guarda, à preservação, ao acesso e ao uso de documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais.

Dentre as contribuições mais propositivas da Câmara Técnica, além da elaboração de glossários, livros, e recomendações, foi a Resolução nº 41 em 9 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando a sua preservação e acesso, conforme estabelecido essas entidades devem:

Art. 1º Recomendar aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR:

§ 1º Implementar política de gestão arquivística de documentos integrando todos os gêneros documentais, incluindo os audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais, independentemente do formato e do suporte em que estão registrados, por meio da classificação e avaliação arquivística, bem como dos procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação e uso;

§ 2º Aplicar e padronizar a descrição arquivística, com base na Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE, aprovada pela Resolução nº 28, de 17 de fevereiro de 2009, do CONARQ, visando o acesso às informações contidas nos documentos de arquivo e propiciando o intercâmbio de informações arquivísticas entre instituições detentoras de acervos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais;

§ 3º Implementar, a partir da produção do documento, políticas de preservação com ações preventivas e curativas, visando à preservação e acesso aos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais;

§ 4º Garantir o acesso aos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais, observando as disposições previstas na legislação vigente: Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 5º Providenciar o recolhimento às instituições arquivísticas públicas, em sua específica esfera de competência, dos documentos produzidos e recebidos pelas respectivas instituições, conforme Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; § 6º Solicitar ao CONARQ, por intermédio da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros, informações necessárias e complementares referentes ao tratamento arquivístico, preservação e acesso aos acervos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais; (CONARQ, 2014).

Sabemos, que com essa resolução, consolida-se e orienta-se de uma maneira inequívoca o tratamento dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais, os incluindo na gestão documental.

Mesmo sendo apenas uma resolução e não ter poder de lei, ‘jogou luz’ para a opacidade das instituições públicas e privadas, em relação ao tratamento documental da fotografia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percorrendo os principais manuais e ações voltadas para o tratamento da fotografia nos arquivos, percebe-se que, apesar de se constatar o uso constante desse documento pelas instituições sua inserção na organização documental ainda é incipiente, aponta-se muitas vezes, apenas para a identificação do órgão produtor, ainda não há uma preocupação com o rompimento da relação orgânica de sua produção e menos ainda com seu vínculo com os demais documentos, característica fundamental para a caracterizar como documento de arquivo.

Destaca-se também que a formação e rotinas dos profissionais que atuam nos arquivos são fundamentadas, na maioria das vezes, pelos manuais apresentados, ou seja, há uma necessidade de reformular as orientações técnicas e de ensino que vise conjecturar melhores práticas às rotinas de trabalho e reflexões mais consistentes para compreender a diversidade e complexidade desses documentos, validada por ações e funções.

Portanto, além da discussão das normas arquivísticas para esses documentos, que é premente em todas as instâncias, é importante que a fotografia seja incorporada no fluxo documental do arquivo, produzida com um fim específico e com suas funções definidas e estabelecidas, enfim, como prova de uma ação. Além disso, precisamos discutir e avaliar o processo e tratamento documental aplicado e desenvolvido a esses documentos sejam em arquivos públicos ou privados.

Dessa maneira os critérios de produção, de guarda, além da função devidamente preservada e normatizada, devem ser identificados e mantidos para garantir o processamento desses documentos de arquivo adequadamente em todas as instituições detentoras de acervos.

## REFERÊNCIAS

- ALLOA, Emmanuel. Entre a transparência e a opacidade o que a imagem dá a pensar. *In*: ALLOA, Emmanuel (org.). **Pensar a imagem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 7-22.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). RESOLUÇÃO Nº 41, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014. Dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando a sua preservação e acesso. **Diário Oficial da União** Nº 240, quinta-feira, 11 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-41-de-9-de-dezembro-de-2014>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.
- ASSAD, Maria Talib. **A fotografia da saúde pública: tratamento de documentos visuais numa perspectiva de arquivo**. 2019. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. DOI:10.11606/D.27.2019.tde-26122019-125348. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-26122019-125348/pt-br.php>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- BARTLETT, Nancy. Diplomats for photographic images: academic exoticism? **The American Archivist**, Menasha, v. 59, p. 486-494, 1996.
- BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos** públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 de jan. 1991. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8159-8-janeiro-1991-322180-normapl.html>. Acesso em: 16 ago. 2021.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2017.
- BUSHEY, Jessica. **The archival trustworthiness of digital photographs in social media platforms**. 2016. Thesis, Arts, Faculty of Library, Archival and Information Studies (SLAIS), School of University of British Columbia. Disponível em: <https://open.library.ubc.ca/collections/ubctheses/24/items/1.0300440>. Acesso em: 14 maio 2017.
- CARAFFA, Costanza. The photo archive as laboratory. *Art history, photography, and materiality*. **Art Libraries Journal**, Preston, v. 44, n. 1, p. 37-46, 2019. DOI: 10.1017/alj.2018.39. Acesso em: 20 jun.2021.
- CASANOVA, Eugenio. **ARCHIVISTICA**. Siena stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928. Disponível em: <https://www.icar.beniculturali.it/biblio/pdf/EuCa/totalCasanova.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

COX, Richard. RAMP Studies and Related UNESCO Publications: An International Source for Archival Administration. **The American Archivist**, Menasha, v. 53, p. 488–495, 1990. Disponível em: <https://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.53.3.3208575353831608>. Acesso em: 08 jun. 2020.

CHARBONNEAU, Normand. The Selection of Photographs. **Archivaria**, n. 59, p. 119-139, 2005.

COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. *In*: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. (orgs.). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 17-82.

DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE (FRANÇA). **Manuel d'archivistique**: théorie et pratique des archives publiques en France. Ouvrage élaboré par L'Association des Archivistes Français. Paris: Archives Nationales, 1991.

EASTWOOD, Terry. Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. *In*: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016, p.19-46.

GAGNON-ARGUIN, Louise. **Typologie des documents des organizations**: de la création à la conservation. Sainte-Foy, Québec: Presses de l'Université du Québec, 1998.

HARTLAND, Robert; MCKEMMISH, Sue; UPWARD, Frank. Documents. *In*: MCKEMMISH, Sue; PIGGOTT, Michael; REED, Barbara UPWARD, Frank. (eds.) **Archives**: Recordkeeping in Society. Wagga Wagga, NSW: Centre for Information Studies, 2005, p.1-20.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística General**. Teoria y Pratica. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la diputación de Sevilla, 1991.

HORSMAN, Peter; KETELAAR, Eric; THOMASSEN, Theo. New Respect for the Old Order: The Context of the Dutch Manual. **The American Archivist**, Menasha, n. 66, v. 2, p. 249-270, 2003.

KEENAN, Ian. **The archival eye**: new ways for archivists to look at and describe photographs. 2011. 161 fls. Master of Arts. Department of History (Archival Studies) University of Manitoba / University of Winnipeg. Disponível em: [https://mspace.lib.umanitoba.ca/bitstream/handle/1993/4916/Keenan\\_Ian.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://mspace.lib.umanitoba.ca/bitstream/handle/1993/4916/Keenan_Ian.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 10 jun. 2019.

LACERDA, Aline Lopes de. **A fotografia nos arquivos**: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil. 2008, 258 f. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde11092008-145559/pt-br.php>. Acesso em: 16 ago. 2021.

LEARY, William. H. **La evaluación de las fotografías de archivo**: um estudio del RAMP com directrices. Paris: UNESCO, 1986. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000063749\\_spa](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000063749_spa). Acesso em: 16 ago. 2021.

LOPEZ, André Porto Ancona. **As razões e os sentidos**: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos. 2000. 131f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MACHADO, Bruno Henrique. **Dos devaneios Visuais à Gênese documental**: o estudo da produção dos documentos fotográficos da Assessoria de Comunicação e Imprensa da Unesp. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/machado\\_bh\\_me.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/machado_bh_me.pdf). Acesso em: 16 ago. 2021.

MADIO, Telma Campanha de Carvalho. **Documento de Arquivo**: fotografia. 2016. 100f. Tese (Livre-Docência) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016.

MALVERDES, Andre. **O mundo dos cinemas de rua em imagens**: organização da informação e descrição de acervos fotográficos reunidos em coleções. 2015. 204 f., il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20290>. Acesso em: 18 nov. 2017.

MARIZ, Anna Carla Almeida; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. A importância do contexto para as fotografias de arquivos: uma análise de literatura. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103030>. Acesso em: 17 ago. 2021.

PAVEZI, Neiva. **Arquivo fotográfico**: uma faceta do patrimônio cultural da UFSM. 2010. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

PETERSON, Trudy Huskamp. The National Archives and the Archival Theorist Revisited, 1954-1984. **The American Archivist**, Menasha, v. 49, n. 2, p. 125–133, 1986. DOI: <https://doi.org/10.17723/aarc.49.2.kp004u5716652n40>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PEREIRA, Tânia Maria de Moura. **Análise do fluxo de documentos fotográficos de arquivo**: estudo de caso da Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21089>. Acesso em: 20 ago. 2017.

PUPIM, Eliana Kátia. **Gênese documental de álbuns fotográficos**: um estudo de caso aplicado a uma indústria de grande porte. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/pupim\\_ek\\_me\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/pupim_ek_me_mar.pdf). Acesso em: 17 ago. 2020.

RIBEIRO, Fernanda. O desafio da formação profissional: novo paradigma, novo modelo formativo. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1., 2002. Anais [...]* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado 2002, p. 419-440.

ROMA, Bruno de Andréa. **Fotografia em regime de arquivo**: das atribuições de valor à atribuição de sentido. 2021. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Doi: 10.11606/T.8.2021.tde-08062021-203127. Acesso em: 17 ago. 2021.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SARAIVA, Natália de Lima. **IMAGINE**: análise do ciclo da informação na representação de fotos-conceito. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24062/1/2017\\_Nat%3a11iadeLimaSaraiva.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24062/1/2017_Nat%3a11iadeLimaSaraiva.pdf). Acesso em: 13 ago. 2020.

SOUZA, Marcieli Brondani de. **A autenticidade e a organicidade nos acervos fotográficos do patrimônio documental à luz da diplomática contemporânea**, 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/11067>. Acesso em: 12 jun.2021.

SILVA, Sérgio Matias da. **O documento fotográfico em debate**: um estudo em periódicos científicos nas áreas da ciência da informação e da arquivologia, 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2016/silva-sergio-matias-da-o-documento-fotografico-em-debate-um-estudo-em-periodicos-cientificos-nas-areas-da-ciencia-da-informacao-e-da-arquivologia/view>. Acesso em: 12 ago.2020.

SCHELLENBERG, Theodore. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHELLENBERG, Theodore. R. **Documentos públicos e privados**: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

SCHWARTZ, Joan M. We make our tolls and our tools make us. Lessons from photography for the practice, politics and poetics of diplomacy. **Archivaria**: the journal of the Association of Canadian Archivists, Ottawa, n. 40, p. 40-74, 1995.

SCHWARTZ, Joan M. “Records of Simple Truth and Precision”: Photography, Archives, and the Illusion of Control. **Archivaria**: the journal of the Association of Canadian Archivists, Ottawa, n. 50, p. 1-40, 2000.

SCHWARTZ, Joan M. “Coming to Terms with Photographs: Descriptive standards, linguistic ‘othering,’ and the margins of archivy.” **Archivaria**: the journal of the Association of Canadian Archivists, Ottawa, n. 54, p. 142-171, 2002.

TONELLO, Izângela Maria Sansoni. **Um Estudo do acervo fotográfico do sistema de arquivos da Universidade Estadual de Londrina**: Sauei com base no modelo Ramp - Records and Archives Management Programme. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/tonello\\_ims\\_do\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/tonello_ims_do_mar.pdf). Acesso em: 17. ago 2020.

VIEIRA, Thiago de Oliveira. **Os documentos especiais à luz da arquivologia contemporânea**: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

